UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE NO CONTEXTO JUSTRANSICIONAL
BRASILEIRO

O Papel das Instituições Religiosas como Grupos de Pressão

Autor: João Mateus Matos Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Bruno César Machado Torres Galindo

Coorientadora: Prof. Dra. Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega

Recife

2018

JOÃO MATEUS MATOS OLIVEIRA

**DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE NO CONTEXTO JUSTRANSICIONAL
BRASILEIRO**

O Papel das Instituições Religiosas como Grupos de Pressão

**Monografia apresentada como
Trabalho de Conclusão do Curso de
Bacharelado em Direito pela UFPE.**

**Área de Conhecimento: Direito
Constitucional.**

Recife

2018

João Mateus Matos Oliveira

**DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE NO CONTEXTO JUSTRANSICIONAL
BRASILEIRO: O Papel das Instituições Religiosas como Grupos de Pressão**

Monografia Final de Curso

Para Obtenção do Título de Bacharel em Direito

Universidade Federal de Pernambuco/CCJ/FDR

Data de Aprovação:

Prof.

Prof.

Prof.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Bruno Galindo, por ter me introduzido à temática e pela dedicada e inigualável orientação durante quase toda minha formação universitária;

À Profa. Flavianne Nóbrega, por sua contribuição nesta pesquisa e por ser um exemplo para a academia;

Aos meus pais e meu irmão, por todo o apoio prestado;

À Carol, por seu companheirismo constante;

Aos meus colegas de trabalho do 4º Ofício de Tutela Coletiva da PR/PE, pelo grande aprendizado em tão pouco tempo.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a participação das instituições religiosas (principalmente da Igreja Católica Apostólica Romana e, em menor escala, das igrejas presbiterianas) no processo de transição dos anos finais da Ditadura Militar brasileira para o começo do período democrático, notadamente no resgate à Memória e à Verdade do período de exceção. O estudo se dá através da pesquisa nos extensos relatórios e documentos produzidos tanto na época quanto hodiernamente sobre o setor religioso e as suas atuações e repressões sofridas, com alguns desses documentos produzidos ou catalogados pelos próprios religiosos, além de entes estatais. Depois de conceituar a Justiça de Transição e suas dimensões em suas concepções contemporâneas, o trabalho busca pontuar os marcos legais e as políticas públicas realizadas pelo Estado brasileiro de forma a consolidar o direito à Memória e à Verdade enquanto direitos fundamentais. Por fim, o foco passa a ser da relação entre religião e Estado (autoritário) no Brasil, abordando a Igreja Católica e seu contexto histórico e divisões internas do século passado e do novo milênio. Houve ainda uma preocupação com o enfoque nas consequências práticas desse contexto, ou seja, as ações resultantes de situação sócio-política nas Igrejas. Observa-se, assim, a importância do entendimento da complexidade de pensamentos dentro dessas instituições e das diversas atuações manifestadas através de documentos extensos, catalogações, denúncias dentro e fora do país e em casos mais extremos, apoio direto à luta armada. A compreensão da atuação da Igreja Católica e das outras instituições religiosas ao mesmo tempo necessita e reforça a necessidade de atenção para a atuação dos grupos de pressão no Brasil, principalmente em um contexto transicional. A significância de haver uma pesquisa nesse sentido, com a catalogação da participação de grupos específicos de relevância para o cenário nacional, como (mas não somente) as Igrejas, perpassa a própria relevância da Justiça Transicional, do Direito Constitucional e da Ciência Política, e mostra a importância da manutenção de fontes confiáveis e conteúdo suficiente para uma educação democrática, compreendendo os atores políticos dentro e fora do Estado, em períodos democráticos e de exceção, e por fim, a esperança da consolidação de um projeto de “educar para nunca mais” através da manutenção da Memória e da Verdade, como fizeram os religiosos expostos no artigo, além de nos permitir observar a influência desses grupos nos dias atuais, nas situações mais diversas, com ainda mais profundidade.

Palavras-chave: Memória. Verdade. Justiça de Transição. Instituições Religiosas.

"La historia es un profeta con la mirada vuelta hacia atrás: por lo que fue, y contra lo que fue, anuncia lo que será"

(Eduardo Galeano, Las venas abiertas de América Latina, 1971)

LISTA DE SIGLAS

ABIn – Agência Brasileira de Inteligência
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana
ONU – Organização das Nações Unidas
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEMDP – Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
CEMVDHC – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara
CF/88 – Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CorteIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
MPF – Ministério Público Federal
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PNDH-3 – Plano Nacional de Direitos Humanos-3
SNI – Serviço Nacional de Informações
STF – Supremo Tribunal Federal
TPI – Tribunal Penal Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E SUAS DIMENSÕES	12
1.1 Conceituação	12
1.2 Dimensões	14
1.2.1 Verdade	15
1.2.2 Memória	16
1.2.3 Reformas institucionais	17
1.2.4 Reparação civil	17
1.2.5 Responsabilização criminal	18
2 O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE NO BRASIL	20
2.1 Paradigmas legais	20
2.2 Políticas públicas	22
3 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA	24
3.1 A ditadura civil-militar brasileira de 1964-1985 e a religião	24
3.2 A Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR)	25
3.2.1 Contexto histórico	26
3.2.2 Divisões internas	29
3.2.3 Norte-Nordeste e o Arcebispado de Recife e Olinda: Hélder Câmara	32
3.2.4 O Arcebispado de São Paulo: Paulo Evaristo Arns	34
3.3 Igrejas protestantes	35
3.4 O Relatório Brasil: Nunca Mais	37
3.5 O Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (Clamor)	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial a escala de violência perpetrada por Estados autoritários aumentou significativamente, causando uma necessidade de revisar como tais violências em massa são lidadas pelos governos sucessores e pela população em geral, especialmente as vítimas.

O Brasil, por sua vez, vivenciou a partir de 1964 um regime autoritário civil-militar, que até os dias atuais deixou efeitos na economia, política e jurisdição brasileiras. Entender e lidar não apenas com essas consequências, como também com o saldo da ditadura no imaginário coletivo brasileiro é o papel da justiça de transição, um campo de atuação e estudo de medidas jurídicas, políticas e sociais do qual participam órgãos governamentais, instituições acadêmicas e setores da sociedade civil, com vista à superação de situações de grave brecha aos Direitos Humanos.

O presente trabalho partiu da análise da contribuição de um setor específico da sociedade civil, as Instituições Religiosas – com maior destaque para a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) – para o processo de estabelecimento de uma justiça de transição brasileira, especificamente nos campos de estabelecimento de uma Verdade estatal e na conservação da Memória do período¹ de exceção, área em que ocorreram as principais contribuições por parte dessas instituições.

Apesar de não se tratarem de políticas públicas, as ações de Instituições Religiosas e, portanto, sua análise, se fazem bastante relevantes, principalmente no contexto atual de aprofundamento de uma crise democrática no Brasil (BARCELLOS, 2017). Tamanha a participação da Igreja e outras instituições religiosas em situações de abusos de direitos humanos e, principalmente, na divulgação da verdade, que em dezembro de 2010, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o dia 24 de março como o Dia Internacional pelo Direito à Verdade em Relação às Vítimas de Graves Violações dos Direitos Humanos, em honra ao ex-arcebispo de El Salvador, Oscar Arnulfo Romero, assassinado na referida data em 1980, por militares, devido a sua luta contra as transgressões de Direitos Humanos na ditadura daquele país (CASTRO, 2014, p. 33).

A importância de haver uma pesquisa nesse sentido, com a catalogação da participação de grupos específicos de relevância para o cenário nacional, como (mas não

¹ O Direito à Memória e o Direito à Verdade, conforme exposto no decorrer do trabalho, tratam-se de fundamentos distintos da justiça de transição, porém nesta pesquisa ambos se encontram frequentemente referenciados em conjunto, pois se observa o trabalho dos membros de diversas instituições na luta pelo estabelecimento de ambos concomitantemente.

somente) as Igrejas, perpassa e engloba a própria relevância da Justiça Transicional e mostra a importância da manutenção de fontes confiáveis e de conteúdo suficiente para uma educação democrática, “educando para nunca mais” através da manutenção de dois dos principais pilares de uma transição democrática completa.

O próprio Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (BRASIL, 2009, p. 176), através de seu Eixo Orientador VI, propõe a educação dos brasileiros sobre as violações de Direitos Humanos acontecidas no regime militar, mas acima de cumprir a legislação, propor o desenvolvimento da não banalização da violência significa maturar o sentimento democrático e evitar o retorno ao totalitarismo, evitando o processo de esquecimento e impunidade que permeia a maioria dos países latino-americanos (ZENAIDE, 2014, p. 32).

Para além de evitar o retrocesso, uma política transicional de sucesso permite ao país o desenvolvimento econômico que o seria negado em um estado autoritário, além de permitir uma segurança jurídica e política que falta a Estados que não realizam medidas de transição firmes.

Especificamente quanto ao entendimento do papel das Instituições Religiosas na transição e sua relação com o Estado brasileiro, analisar como essa relação se deu nos permite compreender a influência da Igreja, enquanto grupo de pressão, em diversos processos estatais que continuam mesmo no nosso Estado democrático moderno.

O trabalho teve por objetivo principal compreender o papel das principais Instituições Religiosas brasileiras no processo de transição do regime ditatorial civil-militar brasileiro para a democracia, notadamente na contribuição delas para o estabelecimento e propagação da Memória das atrocidades cometidas pelo Estado e da Verdade dos acontecimentos da época, independente das fraudes estatais. Objetivos específicos foram compreender a relação entre as Instituições e o Estado autoritário de outrora, demonstrar como setores civis da sociedade funcionaram de modo a preencher as lacunas legislativas e omissões do Poder Executivo e Legislativo em relação às reparações e ao reestabelecimento da Verdade e da Memória, e apontar como tais contribuições ainda impactam o Estado brasileiro hoje.

A análise se deu metodologicamente através da pesquisa nos extensos relatórios e documentos produzidos tanto na época quanto hodiernamente sobre o setor religioso e as suas atuações e repressões sofridas, como o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – órgão temporário de função investigativa não judicial instaurado pela Lei nº 12.528/2011 (BRASIL, 2011a) – e os relatórios produzidos pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC) – órgão estadual pernambucano

instaurado pela Lei Estadual nº 14.688/2012 (PERNAMBUCO, 2012). Além dos relatórios das Comissões da Verdade, cabe ressaltar ainda o relatório temático de atuação do Ministério Público Federal (MPF) e os diversos relatórios produzidos pelos próprios setores religiosos. Foram consultadas ainda a legislação pertinente e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH), e, por fim, livros, dissertações, teses e artigos científicos sobre a temática. A pesquisa, de fundo qualitativo, assim, utilizou-se de uma técnica de coleta bibliográfica e do método hipotético-dedutivo.

No primeiro tópico, buscou-se abordar o conceito de justiça de transição, tendo consciência se sua mutação através da segunda metade do século XX. Posteriormente, buscou-se detalhar cada uma das diversas dimensões ou pilares que compõe sua acepção contemporânea.

O segundo tópico, por sua vez, buscou aprofundar e refletir acerca do papel específico do direito à Memória e à Verdade no Brasil dentro das mais diversas áreas da vida pública e privada. Trata-se de uma análise sobre os paradigmas legais e políticas públicas realizadas pelo Estado para efetivação dos mencionados direitos.

Por fim, no terceiro e último tópico, investigou-se efetivamente o papel das Instituições Religiosas na justiça de transição brasileira. Procurou-se, de início, explanar e delimitar o contexto que a religião exerceu na ditadura civil-militar que se instalou em território nacional. No segundo subtópico, a análise detalhada começa pela Igreja Católica, uma das instituições mais pujantes durante o regime e na transição, estabeleceu-se um contexto de sua atuação e uma explanação das diversas correntes ideológicas dos membros que a compunham, para posteriormente focar nas suas contribuições através do Norte e Nordeste, do Arcebispado de Recife e Olinda e de São Paulo. Há, no terceiro subtópico, a análise da situação das Igrejas Protestantes, notoriamente as presbiterianas, que tinham em grande parte laços de colaboração estrita com o regime de exceção, porém com alguns focos de resistência que perduraram até o final da ditadura. O quarto subtópico analisa o relatório Brasil: Nunca Mais, projeto desenvolvido em colaboração entre o arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o pastor presbiteriano Jaime Wright, e sua contribuição para o estabelecimento direito à Memória e Verdade no Brasil. Por fim, o quinto e último tópico secundário trata do Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul, conhecido como Clamor.

Ao final do presente estudo, foram apresentadas as conclusões de que regime de exceção que perdurou no Brasil durante os anos de 1964 até 1985 deixou, portanto,

consequências de difícil reparo, e talvez um dos danos mais difíceis de ser controlado seja o estabelecimento de uma versão oficial, ideologicamente tendenciosa, para os fatos acontecidos durante o período por parte do Estado autoritário, que ainda permeia a memória de muitos que viveram durante o regime, enquanto que aqueles que não o vivenciaram veem período a partir de uma ótica de esquecimento.

Com o fim da ditadura e o estabelecimento de um processo transicional para uma democracia, porém, a versão estatal das atrocidades cometidas começou a ser factualmente e permanentemente contestada e desmentida, e assim a questão do Direito à Memória e à Verdade começou a ser vista com sua devida relevância, como um dos pilares para uma efetiva implantação da justiça de transição no Brasil.

Nesse contexto deve ser ressaltada a importância de certos grupos, como setores organizados da vida religiosa nacional, para que isso acontecesse, e entender que, assim como o Estado brasileiro restou influenciado durante o regime autoritário da segunda metade do século XX pela Igreja e outros grupos, o Estado democrático brasileiro na contemporaneidade também.

1 A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E SUAS DIMENSÕES

1.1 Conceituação

Os direitos humanos, na sua dimensão internacional propriamente dita e na sua dimensão constitucional de direitos fundamentais, se consolidaram em dois eixos na virada do século: nominalmente o “julgamento” (direito e justiça) e o “trauma” (coletivo e individual), que se estabeleceram em uma relação próxima como nunca antes visto. O trauma, por sua vez, possui diversas respostas que podem ser dadas a ele: memória e esquecimento, perdão e repetição (FELMAN, 2002, p. 3).

O conceito de justiça de transição está intrinsecamente ligado a essa revolução do constitucionalismo e dos direitos humanos, tendo uma extensa literatura se desenvolvido a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, com o Tribunal de Nuremberg e de Tóquio, e uma conceptualização propriamente dita surgida durante a década de 1990 (TORELLY, 2010, p. 16), apesar de suas raízes poderem ser traçadas até a Primeira Guerra Mundial, com a Conferência de Paz de Paris de 1919. A acepção contemporânea da justiça de transição é praticamente unânime entre os pesquisadores e ativistas da área, e é assim definida por Bruno Galindo (2015, p. 101):

A justiça transicional consiste em um conjunto de medidas consideradas necessárias para a superação de períodos de graves violações a direitos humanos, ocorridas durante conflitos armados (ex.: guerras civis) e/ou regimes autoritários (ditaduras), implicando a adoção de providências com os seguintes objetivos:

- esclarecimento da verdade histórica e judicial, dentre outras coisas com a abertura dos arquivos estatais do período de exceção;
- instituição de espaços de memória (ex.: memorial do Holocausto, na Alemanha), para que as gerações presentes e futuras possam conhecer e compreender a gravidade do que ocorreu no período de exceção;
- reformas institucionais em relação aos serviços de segurança, adequando-os à pauta axiológica do Estado democrático de direito, bem como sedimentando nas instituições públicas uma cultura democrática e humanista;
- reparação dos danos às vítimas (indenizações, reabilitações etc.);
- realização da justiça propriamente dita, com a responsabilização em variados graus dos violadores dos direitos humanos.

Tratam-se de questões práticas e teóricas que possuem lugar de destaque em diversos ramos das ciências sociais, “desde a ciência política até o direito, passando pela sociologia e até mesmo por diferentes ramos da psicologia, como a psicanálise” (QUINALHA, 2013, p. 18).

Paige Arthur (2009, p. 333-334; 349) afirma, por sua vez, que a justiça transicional foi apresentada inicialmente de forma profundamente emaranhada com problemas políticos, de natureza legal-institucional, e de curto prazo, de tal forma que poderia ser aplicada durante um período de transição. Ele faz tal afirmação após analisar uma coletânea feita pelo filósofo Neil Kritz e lançada em 1995, intitulada “Transitional Justice: How Emerging Democracies Reckon with Former Regimes”. A obra foi fruto da conferência do Instituto Aspen, realizada em 1988, da qual participaram especialistas como John Herz, um dos primeiros cientistas políticos a pesquisar sobre a temática do legado de regimes autoritários, ainda em 1982.

Podem ser identificadas na obra de Kritz, que foi uma das primeiras e mais influentes do gênero, três principais áreas de interesse, por vezes distintas, por vezes sobrepostas: Direitos Humanos, Direito, e Ciência Política comparada. Participaram no primeiro volume os ativistas de Direitos Humanos José Zalaquett e Aryeh Neier; além de serem incluídos excertos de publicações da Human Rights Watch e Anistia Internacional. Juristas como Diane Orentlicher, Carlos Nino, Thomas Buergenthal e Theo van Boven também participaram, por sua vez. Por fim, os cientistas políticos Guillermo O’Donnell, Philippe Schmitter, Samuel Huntington, Juan Linz e John Herz também contribuíram para a obra.

O termo “Justiça de Transição” propriamente dito é de origem relativamente recente. Ruti Teitel afirma que foi a primeira a usar o termo, em um artigo datado de 1991, intitulado “Transitional Justice: A Bridge between Regimes” (TEITEL, 2010, p. 1). A jurista argentina propôs também, posteriormente, uma “genealogia” – enquanto uma “história intelectual” – do conceito, que seria estruturada em torno de três fases, ou ciclos, da justiça transicional (TEITEL, 2003, p. 69).

A primeira fase, chamada também de fase do pós-guerra, se inicia quando a justiça transicional começa a ser entendida como internacional e extraordinária, no período pós-guerra a partir de 1945. Seu maior símbolo foi o Tribunal de Nuremberg, inserido dentro de um contexto de suposto triunfo do Direito Internacional, com intensa cooperação interestatal (internacionalização), tribunais de crimes de guerra e sanções. Essa fase, porém, teria curta duração, devido à curta duração das excepcionais circunstâncias de enfraquecimento da soberania alemã do pós-guerra que permitiram a internacionalização da justiça transicional. Assim, o primeiro ciclo da justiça de transição tem seu fim no começo da década de 1950 e com o início da Guerra Fria, provocadora de uma estabilidade bipolar da política internacional que provocará um impasse na área da justiça transicional por cerca de trinta anos (TEITEL, 2003, p. 70; 72).

Tribunais *ad hoc* pós-guerra, porém, foram um legado desta fase que não apenas permaneceu até a contemporaneidade, como ajudou a formar a base do Direito Internacional dos Direitos Humanos moderno (TEITEL, 2003, p. 70).

A segunda fase, ou fase do pós-Guerra Fria, por sua vez, está diretamente ligada ao conceito de “terceira onda da democracia” criado pelo cientista político Samuel Huntington para descrever as transições para a democracia ocasionadas pelo declínio e posterior colapso da União Soviética. As referidas mudanças iniciaram em meados da década de 1970, com a Revolução dos Cravos em Portugal, e incluem as transições das ditaduras militares latino-americanas e asiáticas na década de 1980 e das ditaduras socialistas da Europa Central e Oriental após as revoluções de 1989. Em contraste à intensa internacionalização vista na primeira fase, esse ciclo foi marcado por uma maior construção nacional, ligada a cada Estado de forma particular, através da legitimidade de sua soberania e seu ordenamento jurídico interno, de forma a atender as condições locais. Também em oposição ao primeiro ciclo, viu-se uma tendência maior à promulgação de anistia para perpetradores de violações aos direitos humanos, para supostamente facilitar a paz e conciliação nacional e a construção do Estado democrático. Essa ideia mais local de justiça e conciliação não ocorreu, ressalte-se, sem tensão com uma concepção mais ampla de justiça propagada por setores da política transnacional (TEITEL, 2003, p. 71; 81-82).

Por fim, o final do século XX e começo do século XXI viram o início de um terceiro (e atual) ciclo da justiça transicional, impulsionado pela intensificação da globalização e tipificado por condições de alta instabilidade política e violência em certos países através do globo. Essa concepção contemporânea marca a passagem da justiça de transição da exceção para a norma, de modo a transformá-la em paradigma do Estado de Direito, através de uma nova internacionalização e normatização da mesma. O maior símbolo da perenidade e alcance da terceira fase foi a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), precedida pelos tribunais *ad hoc* criados em resposta aos conflitos da ex-Iugoslávia e em Ruanda, que expandiu, sistematizou e consolidou o Direito Internacional Humanitário. Essa nova forma normatizada de justiça internacional é capaz de atuar até mesmo antes da transição, enquanto força deslegitimadora de regimes autoritários (TEITEL, 2003, p. 71-72; 90-91).

1.2 Dimensões

1.2.1 Verdade

Na conferência do Instituto Aspen de 1988, esforços para a divulgação da verdade das violações de direitos humanos foram aclamados como o requerimento mínimo para o estabelecimento de uma efetiva resposta à demanda de justiça das vítimas (ARTHUR, 2009, p. 356).

A publicação integral, ou mesmo parcial, de arquivos tais como os “arquivos do terror”, no Paraguai, ou os do Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), no Brasil, ou os próprios arquivos relacionados ao campo religioso, como Brasil: Nunca Mais e o Clamor, no Brasil, e a Vicaria de la Solidaridad, no Chile, servem para estimular a investigação jornalística; alentar a demanda das vítimas, de organizações de direitos humanos e de advogados; e fomentar a pesquisa de historiadores, de cientistas políticos, de sociólogos, entre outros (CATELA, 2011, p. 393-394).

Ludmila da Silva Catela (2011, p. 394) ressalva as peculiaridades de cada processo de abertura de arquivos, notadamente nas ditaduras militares do Cone Sul, que normalmente ilustra a importância do acervo para a coletividade. No Paraguai, as manifestações publicadas expuseram um projeto governamental de desaparecimento forçado de detentos. Na Argentina, o acervo da polícia política foi um dos poucos que remanesceram após o fim do regime ditatorial. Os documentos do Supremo Tribunal Militar brasileiro possuem relevância para além do que continham, pois a história de como foi obtido e publicado é renomada internacionalmente. Essa importância dada causa a crença complementar sobre um poderio de revelação da verdade fora do comum. Catela afirma que, apesar de divulgar poucas informações novas, principalmente acerca dos mortos e desaparecidos, referida ideia de relevância, de verdade última dos fatos, vale-se principalmente da imprensa, pois

Os jornalistas, ao se tornarem os principais mediadores na publicidade dos documentos, são aqueles que começam a construir representações sobre as “verdades” que revelam esses papéis. Logo, quando o trabalho paciente de advogados e organizações de direitos humanos começa, em geral só são confirmados os relatos já conhecidos com base em testemunhos de vítimas, ainda que desta vez “documentados” e, portanto, com maior legitimidade e credibilidade para seu uso como prova judicial (CATELA, 2011, p. 394).

A antropóloga ainda exemplifica o exposto com manchetes de um jornal argentino e brasileiro, respectivamente: “Atrás de uma porta cinza estava toda a verdade”; “Documentos em arquivos do Estado comprovam ação Condor”.

José Zalaquett (1989, p. 31 *apud* ARTHUR, 2009, p. 356), por sua vez, afirma que através da manutenção do sigilo ou negação dos acontecimentos o sofrimento e a própria violação dos direitos das vítimas e familiares delas seriam perpetuados. Por exemplo, se não há, no caso de desaparecimentos forçados, a divulgação do que foi feito com os indivíduos e dos locais de sepultamento dos corpos, o sofrimento das diversas famílias que foram vítimas de tal crime subsiste até a atualidade.

Referidas consequências da violação do direito à verdade podem ser observadas no relatório de mérito do caso Vladimir Herzog e Outros vs. Brasil, subscrito pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH):

22. Segundo os peticionários, a permanente impunidade e a falta de informações completas em relação às circunstâncias da morte de Vladimir Herzog não permitem que sua família e que a sociedade saibam toda a verdade a respeito do ocorrido, em violação do direito à verdade.

23. De acordo com os peticionários, as circunstâncias dos fatos denunciados no presente caso causaram danos à integridade psíquica e moral da mãe de Vladimir Herzog, Zora Herzog, que, segundo os peticionários, morreu em 18 de novembro de 2006; de sua viúva Clarice Herzog, e de seus dois filhos André e Ivo Herzog. (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2015, p. 5)

Compõe ainda o Direito à Verdade, além de abertura dos arquivos, a apuração e divulgação de testemunhos, que abrem espaço para fatos e visões que muitas vezes eram relegadas a segundo ou último planos (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 48)

1.2.2 Memória

Apesar de constituir foco estreitamente ligado ao estabelecimento Verdade, não se confunde com aquela. O Direito à Memória consiste na possibilidade que as gerações futuras tenham acesso às informações acerca das violações perpetradas, incluindo fatos, indivíduos e instituições que estavam envolvidas. Trata-se de recordar e educar, em sentido amplo, para o não-retorno ao totalitarismo, conceito desenvolvido pelo filósofo Theodor Adorno após a Segunda Guerra Mundial. Esse processo de óbice ao esquecimento e consequente reprodução da impunidade perpassa ainda também pelo princípio da não banalização da violência de Hannah Arendt, e pretende, por fim, nada mais que a consolidação da doutrina democrática (ZENAIDE, 2014, p. 32).

Memória e esquecimento se estruturam de forma a criar um relato que incide de forma incisiva em pleitos e problemas de interesse de toda a coletividade, não limitado, mas de forma notável, em contextos transicionais. Maurice Halbwachs nota que a memória é uma construção social coletiva e, portanto, é formulada a partir de sua presença nos agrupamentos sociais. A memória coletiva é, assim, resultado das comunicações e influências da sociedade através desses grupos (HALBWACHS *apud* SILVA, 2015, p. 23-24). Quando a memória de uma pessoa é restaurada e transmitida, o sujeito mantém a referida memória coletiva operante.

Tal raciocínio, outrossim, desenvolve e incentiva o debate acerca da sobrevivência das ações, instituições e ideologias autoritárias na contemporaneidade. Isso funciona de modo positivo no processo de desconstrução e reconstrução do legado de violência do Estado, questionando os resquícios do autoritarismo na sociedade democrática e em suas instituições, além de contribuir na construção de um ideal de “nunca mais” (SILVA, 2015, p. 24).

1.2.3 Reformas institucionais

Como forma de confrontar e superar violações de direitos humanos se faz essencial modificar drasticamente, ou mesmo extinguir, as instituições responsáveis ou de alguma forma relacionadas às ações. Responsáveis por essa mudança são não apenas a Administração Pública, mas também legisladores e Comissões da Verdade posteriormente instaladas, através de seus relatórios (ZYL, 2011, p. 53).

Não apenas reformas estruturais nas instituições devem ser perpetradas pelo Estado, mas também procedimentos administrativos para assegurar que os indivíduos responsáveis por atos de violação a direitos fundamentais sejam afastados permanentemente dos cargos que exerciam, ou mesmo do serviço público em geral.

Trata-se de uma forma de responsabilização administrativa, portanto não-penal, que ajudam a satisfazer os anseios por punição pelas vítimas, sem perpassar a mais polêmica e delicada esfera penal.

1.2.4 Reparação civil

Para entender a dimensão de reparação civil dentro do contexto da justiça transicional, se faz necessário inicialmente conceituar o termo reparação. Para Pablo de Greiff (2006, p. 452-453), existem dois âmbitos para uso da expressão. O plano jurídico da palavra, de definição mais ampla, inclui as diversas formas que a reparação pode se manifestar sob o direito, como restituição, compensação, reabilitação, satisfação e garantia de não-retorno. O outro contexto, mais restrito, é o usado neste contexto de aspecto da justiça de transição, e é usado no sentido de construção de programas (de reparação), esforços relativamente coordenados de prover benefícios diretamente para as vítimas de certos tipos de crimes. Assim, referidos programas de reparação, em sentido estrito, não incluem outros institutos de restauração (como responsabilização criminal, reformas institucionais e estabelecimento da verdade) como objetivos diretos deles, pois tais formas compõem outras dimensões da justiça de transição, que devem ser lidadas (e efetivadas) de forma autônoma, mesmo que em conjunto.

Assim, através do recorte feito através do uso do segundo contexto referido, é possível sugerir certos limites às responsabilidades daqueles responsáveis pela projeção de programas de reparação, o que, por sua vez, possibilita a satisfação de maneira mais fácil e integral do seu trabalho. No entanto, separar referida medida das outras ações justas e transicionais arrisca a integração do projeto de Justiça de Transição como um todo (GREIFF, 2006, p. 453).

No Brasil, o programa federal de reparações civis exerce singular importância na Justiça de Transição nacional, pois, nas palavras de Marcelo Torelly e Paulo Abrão, ele se tornou o verdadeiro eixo estruturante da Justiça de Transição no Brasil², juntamente com políticas de memória e verdade.

1.2.5 Responsabilização criminal

A responsabilização criminal é, decerto, a dimensão mais polêmica e de difícil implementação da Justiça Transicional. Nas décadas de 1980 e 1990, mesmo após anos de produção e ratificação de tratados internacionais de direitos humanos, as violações apenas pareciam piorar, e não melhorar. Assim, um novo movimento surgiu entre ativistas, propondo que a responsabilidade pessoal dos perpetradores de violações de direitos humanos seria uma

² Cf. segundo tópico deste trabalho.

– se não a única – forma de garantir um incentivo para a mudança desse cenário (SIKKINK, 2012, p. 24).

Assim, a responsabilização criminal apenas se consolida na terceira fase da Justiça de Transição proposta por Ruti Teitel, através da criação de novo tratados que dispõe sobre responsabilização individual de oficiais do Estado (como a convenção das Nações Unidas contra a tortura), progressiva revogação de leis nacionais de anistia e da atuação de Tribunais internacionais como o TPI. Kathryn Sikkink (2012, p. 40) avalia que a maioria dos processos de responsabilização criminal provém da América Latina, através de julgamentos domésticos, fenômeno que ela atribui justamente à pressão dos ativistas por condenações, que serviriam tanto como forma de reparação como para prevenir a recorrência de violações de direitos humanos.

A advocacia da anistia como forma de pacificação social e uma análise crítica das perseguições criminais, porém, é um fenômeno que ressurge com o advento do século XXI por parte de especialistas como Jack Snyder e Leslie Vinjamuri (SIKKINK, 2012, p. 40-41).

2 O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE NO BRASIL

2.1 Paradigmas legais

A Lei nº 6.683/1979, conhecida como Lei da Anistia, funciona como marco simbólico para o início da transição brasileira. Foi promulgada ainda durante a Ditadura Militar, pelo próprio governo autoritário, de forma a ajudar a proporcionar uma abertura lenta e gradual para a democracia. A lei estabeleceu a previsão de readmissão para os servidores eventualmente demitidos por perseguição política no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, além da restituição de direitos políticos a vários brasileiros, em sua maioria presos ou exilados a época de promulgação da lei, e caracterizar o perdão aos crimes políticos e conexos cometidos no período (BRASIL, 1979). Teve, em 2010, sua validade reafirmada pelo STF através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153 (BRASIL, 2008), que a considerou bilateral, ampla e irrestrita. A CorteIDH, por outro lado, declarou no mesmo ano que a norma se encontrava em violação direta à Convenção Interamericana de Direitos Humanos, através do caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2010).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 referendou a ideia de anistia além da responsabilização criminal, consolidando a reparação civil-laboral como eixo norteador da justiça transicional brasileira, em caso singular, especialmente na América Latina (ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 476-478), através do artigo 8º de seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que ampliou a possibilidade de reparação ao setor privado e também a todos os trabalhadores demitidos em razão de participação em greves, além de definir um período de tempo maior a ser abrangido para a reparação, o qual passou a ser de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição.

Referido artigo da CF/88, todavia, enquanto norma programática, carecia de regulamentação. Enquanto uma regulamentação plena não era implementada foi editada a Lei nº 9.140/1995 para lidar com as solicitações dos familiares das vítimas das violações de Direitos Humanos do regime autoritário. Prevê, pela primeira vez, de forma detalhada o regime de indenização das vítimas, além dos procedimentos e localização e identificação dos corpos dos desaparecidos. Criou, para isso, a Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos

Políticos (CEMDP), inicialmente sob chancela do Ministério da Justiça e a partir de 2004 da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 1995).

A devida regulação do art. 8º do ADCT aconteceu apenas com a promulgação da Lei nº 10.559/2002. Com a regulação na referida lei, diversas lacunas foram preenchidas no processo reparatório das vítimas, cuja CEMDP não conseguia satisfazer completamente por limitações legais e estruturais (ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 480). Cria-se para gerenciar o processo de reparações, agora com sistema completamente pormenorizado, capilarizado e abrangente, a Comissão de Anistia, que exercerá ainda funções não apenas gerenciais no futuro, principalmente após edição do Decreto nº 8.031/2013, que institui, por exemplo o Memorial da Anistia Política a ser gerenciado pela Comissão da Anistia.

Nem a Lei nº 9.140/1995, nem a Lei nº 10.559/2002, porém, versaram originalmente de forma independente sobre o direito à memória e a verdade da reparação. Como exposto, referido eixo fundamental da justiça de transição estava sempre contido dentro da ideia de reparação civil às vítimas. Ele apenas ganhará tração própria com o Decreto presidencial nº 5.584/2005. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do decreto, determinou que documentos da época do regime militar, produzidos por órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e à época sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), fossem repassados para o Arquivo Nacional e divulgados ao público, leigo e especializado.

A presidenta Dilma Rousseff, posteriormente, sancionou a Lei nº 12.527/2011 (BRASIL, 2011b), conhecida como Lei de Acesso à Informação, que assegurou o acesso à informação como direito fundamental, caracterizando de forma mais rigorosa os documentos de caráter sigiloso, ampliando ainda mais os documentos passíveis de serem remetidos ao Arquivo Nacional.

A peça legislativa mais importante referente ao tema produzida até o momento pelo Estado brasileiro, por reconhecer, ainda que na esfera infraconstitucional, o direito à memória e à verdade foi, todavia, editada ainda durante o governo de Lula. Trata-se do Decreto nº 7.037/2009, que aprovou o Programa Nacional de Direito Humanos (PNDH-3), o qual em seu Eixo Orientador VI – Direito à Memória e à Verdade estabelece diversas ações para expansão e consolidação desse eixo, sob chancela de diversos órgãos estatais, como resposta à sentença do caso Gomes Lund julgado posteriormente pela CorteIDH (BRASIL, 2009). Apesar de já ser reconhecida como direito fundamental implícito, tendo em vista a cláusula de abertura material contida no artigo 5, § 2º da CF/88 (CASTRO, 2014, p. 46), seu reconhecimento

infraconstitucional, bem como estruturação de um programa de efetivação representam grandes conquistas para o avanço da justiça transicional brasileira.

A Lei nº 15.528/2011, editada logo após à Lei de Acesso à Informação, cria, finalmente, a Comissão Nacional da Verdade, suprimindo com grande atraso em relação aos vizinhos latino-americanos essa lacuna imperiosa para a efetivação da justiça de transição.

O já citado caso Gomes Lund, como afirmado anteriormente, modificou a interpretação a acerca de paradigmas legais existentes e impulsionou a edição de novas normas de forma a implementar um programa efetivo de memória e verdade no Brasil. Um novo caso, todavia, foi apresentado à CIDH em 2009: o caso nº 12.879 (Vladimir Herzog e outros Vs. Brasil), que se encontra atualmente aguardando julgamento da CorteIDH e pode causar novas mudanças no cenário justransicional brasileiro, não apesar acerca do papel da memória e verdade, mas notadamente da responsabilização criminal dos agentes estatais (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2015).

2.2 Políticas públicas

Realizadas a partir dos devidos paradigmas legais, temos diversas ações coordenadas pelo Estado brasileiro de forma a implementar e efetivar o direito à memória e verdade. Ainda que o eixo orientador da justiça transicional brasileira tenham sido as reparações civis, através das Leis nº 9.140/1995 e nº 10.559/2002, houve, com a implementação do PNDH-3, a criação da CNV e a Lei de Acesso à Informação, destaque nas ações do Poder Executivo brasileiro para o direito à memória e a verdade, além do que já havia sido feito anteriormente pelas instituições criadas em 1995 e 2002.

Exemplo notável de política pública de grande porte no âmbito do direito à memória é o Memorial da Anistia Política, projeto único na América Latina a ser construído em Belo Horizonte, instituído pelo Decreto nº 8.031/2013 e cujo gerenciamento está sob a responsabilidade da Comissão da Anistia.

Ainda sob chancela da Comissão da Anistia, temos diversos projetos dentro do espírito do PNDH-3, tais como publicações de caráter pedagógico voltadas ao ensino fundamental e superior, além do próprio incentivo do ensino na proposta de educar para nunca mais; as Caravanas da Anistia, que envolveu atos em todo o Brasil e diversas publicações de relatos; o

posterior projeto Marcas da Memória, que abriu editais de financiamento para iniciativas da sociedade civil; e as Clínicas de Testemunho.

A CEMDP, por sua vez, elaborou diversos relatórios após a intensificação de seus trabalhos, além de prestar apoio direto à CNV.

A CNV, embora órgão temporário, cumpriu função única no papel da justiça de transição no Brasil, como dito, preenchendo lacuna há muito deficitárias no processo de democratização brasileiro. Conforme exposto inicialmente, sua atuação, dentro do contexto do PNDH-3, foi essencial para o início de uma nova fase no processo justransicional brasileiro.

O Memorial da Resistência de São Paulo, mantido pelo Governo do Estado na antiga sede do DOPS, também é caso importante, sendo um dos poucos museus no país, exemplo a ser seguido futuramente pela conhecida Casa da Morte de Petrópolis, segundo intenções da Comissão Municipal da Verdade e do MPF (PETRÓPOLIS, 2017), além do já citado projeto federal do Memorial da Anistia Política.

3 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA

3.1 A ditadura civil-militar brasileira de 1964-1985 e a religião

O grau de intervenção da religião no Estado brasileiro permaneceu consistente e constante na prática durante vários estágios da história do Brasil, incluindo a Ditadura Militar, que durou de 1964 até 1985, pois trata-se de parte integral e fundamental da vida da maioria do povo brasileiro (IBOPE INTELIGÊNCIA, 2016)

A referida relação pode ser atestada no Regime Militar através de discurso próprio do então presidente Costa e Silva em banquete da bancada parlamentar cristã em Brasília no ano de 1968, que demonstra o cuidado do estadista em manifestar toda sua religiosidade para os deputados:

Na qualidade de chefe, responsabilidade imposta a mim por circunstâncias alheias à minha vontade e, em virtude da minha indestrutível fé em Deus, devo dizer que sinto cumprir a vontade de Deus e que levarei até o fim a minha missão, sem desviar do caminho de Deus e sem nunca renegar a minha fé, iluminada pela graça divina. (RUTGERS, 2014, p. 280)

As palavras do general e ex-presidente Costa e Silva podem denotar uma imagem de plena conciliação entre os dois setores. A análise prática das duas instituições, porém, revela diferentes tipos de relações entre o Estado e diversos setores internos da ICAR, que serão discutidas mais adiante³.

A deflagração do golpe de Estado de 1964, porém, teve indubitavelmente como ponto de suporte a religião. Exemplo do uso da religião contra o presidente João Goulart se deu em 1963, quando o então arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, convidou o pároco americano Patrick Peyton, conhecido por sua pregação anticomunista, para participar de eventos no Brasil (ARBEX JÚNIOR, 2015, p. 25). Sob o mote "a família que reza unida permanece unida", o padre promoveu uma série de agremiações para os fiéis brasileiros em que associava os males do mundo aos "políticos ateus que querem mudar a ordem natural das coisas". Segundo Darcy Ribeiro, ministro da Casa Civil de João Goulart, Peyton inaugurou as ações de massa contra o governo brasileiro (ARBEX JÚNIOR, 2015, p. 25-26), preparando o terreno de demonstrações que culminariam na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que funcionará quase como um aval para o posterior Golpe. Anos mais tarde, Peyton foi

³ Cf. tópico 3.2.2 deste trabalho.

apontado por historiadores norte-americanos como agente da CIA, especialista em levantar as massas católicas contra o comunismo ateu em nome da Virgem Maria (MELITO, 2014).

Paradoxalmente, o escárnio de símbolos cristãos sempre esteve presente nas torturas pertinentes a membros da Igreja do regime militar. Aparecem em sessões de tortura as figuras de Jesus Cristo e do Cristo Redentor, entre outras, além de uma sessão de tortura inteira chamada “Missa do Horror”:

(...) As torturas psicológicas eram intercaladas com choques elétricos e uma postura que chamavam de “Jesus Cristo”: despido, em pé, os braços esticados para cima e amarrados numa travessa. Era para desarticular a musculatura e os rins, explicavam. (...) continuaram a torturá-lo com processos desumanos, tais como: posição Cristo Redentor, com quatro volumes de catá-logo telefônico em cada mão, e na ponta dos pés, nu, com pancadas no estômago e no peito, obrigando-o a erguer-se novamente. (ARNS; SOBEL; WRIGHT, 2014, p. 37)

3.2 A Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR)

A Igreja Católica sempre teve, e continua a ter, papel de forte influência no Estado brasileiro, com sua causa podendo ser vista como advinda do fato de que 64,63% da população se declaram da religião Católica Apostólica Romana (SOMAIN, 2012) no Brasil hoje. As igrejas também são o segundo grupamento institucional no ranking do Índice de Confiança Social, medido pelo Ibope, atrás apenas do corpo de bombeiros (IBOPE INTELIGÊNCIA, 2016). Tal influência pode ser entendida de forma mais completa através de uma análise pelo campo do Direito Constitucional e da Ciência Política, através do conceito de “grupos de pressão”.

Do ponto de vista do estudo desses campos supramencionados observa-se que a ICAR é um dos mais proeminentes grupos de pressão na nossa sociedade, que podem ser definidos como grupos e conjuntos de instituições (conceito que inclui as instituições religiosas) estruturados e dinâmicos, que procuram fazer com que as decisões políticas estatais, incluindo as leis, sejam guiadas conforme seus interesses (BONAVIDES, 1994, p. 426-427).

Tais grupos são reverberações do próprio alicerce sócio-político, econômico e, também, religioso da sociedade, que enquanto núcleos organizados podem ser claramente identificados através das associações, sindicatos, partidos políticos, grupos artísticos, religiosos e filosóficos, organizações civis e militares, entre outros (BULOS, 1996, p. 33).

A atuação da Igreja de forma ativa e constante pode ser observada em diversos âmbitos da sociedade, por exemplo, na condenação às torturas realizada em delegacias policiais pelo Brasil atualmente e contra a politização em demasia do recente processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff realizada por alguns grupos (ARBEX, 2016).

É possível compreender, através de uma análise do passado da Igreja Católica, a influência que tais posições têm sobre o Estado brasileiro e também o motivo da tomada dessas decisões, enquanto herança ou continuidade de ações da segunda metade do século XX.

De que modo a ICAR irá se manifestar em períodos antidemocráticos e na justiça transicional em um Estado dependerá de sua história, a forma como ela se relaciona com outros setores no país (notadamente, com quais classes sociais ela está intimamente ligada) e, também, como as mudanças estruturais mais energéticas do século passado, como as provenientes do Concílio Vaticano II e dos papados de João XXIII e Paulo VI, atingiram o episcopado.

3.2.1 Contexto histórico

Inicialmente, logo após o Golpe de Estado, não houve por parte da Igreja Católica atuações mais proeminentes na defesa dos Direitos Humanos, pois a maioria da ICAR e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mesmo que apenas no início, apoiou de modo geral a intervenção militar. (RODRIGUES, 2005).

No Brasil especificamente, o impacto da ICAR sobre o processo de justiça de transição se deu, com a continuidade do governo militar, de forma progressivamente ativa, objetivando a preservação dos Direitos Humanos, conforme indica uma breve comparação entre a situação brasileira e a argentina:

Na Argentina, por exemplo, as fortes ligações com os militares e uma reação ferozmente conservadora diante das mudanças de política do Vaticano durante as décadas de 60 e 70 fez com que o papel da Igreja Católica como instituição tivesse sido negativo; no Chile e no Brasil essa realidade foi inversa. [...] no Brasil a Igreja teve um papel fundamental na elaboração do relatório Nunca Mais. (BRITO, 2009, p. 69)

O pesquisador Daniel Philpott, da Universidade de Notre Dame, apresenta visão semelhante ao afirmar que:

A Igreja Católica no Chile e líderes católicos e protestantes no Brasil investigaram as violações aos Direitos Humanos por parte dos ditadores de seus países e mais tarde entregaram essas informações para relatórios de Comissões da Verdade após a transição para a democracia. (PHILPOTT, 2007, tradução nossa)

Ressalte-se ainda, a contribuição definitiva de organizações como a Igreja Católica para a concepção contemporânea das comissões da verdade. Pode-se falar em três diferentes fases de instituição de comissões da verdade, divididas levando em consideração suas políticas e escopos, de acordo com Brito e Ferreira (2014, p. 42). A primeira fase durou até meados de 1989, e teve como marco o Tribunal de Nuremberg. A segunda é marcada pela instituição da Comissão da Verdade na África do Sul em 1995, que tinha sua lógica pautada pela ideologia de reconciliação nacional através do arrependimento dos violadores de direitos humanos. Assim, nessa fase foram evitados os processos penais e as punições.

A terceira e atual fase, no entanto, preocupa-se mais com o estabelecimento da Memória e da Verdade, através de práticas como o resgate dos restos mortais dos assassinados pelo regime autoritário, assim como a responsabilização penal dos perpetradores. Tal concepção está sendo consolidada através de constantes pressões de diferentes setores da sociedade civil, destacando-se algumas instituições religiosas.

Esse pensamento que rodeia a fase atual se deve principalmente ao “ressurgimento normativo do direito internacional para a proteção dos direitos humanos” (BRASIL, 2010, p. 23). Assim, organizações civis de Direitos Humanos, grupos de familiares de vítimas das ditaduras, clérigos, entre outros, compuseram parte fundamental no estabelecimento das comissões e em suas constantes mudanças políticas. Nesse sentido, cabe destacar a atuação do projeto Nunca Mais na América Latina, proposto por grupos vinculados à Igreja Católica no Uruguai (em 1989), Paraguai (1990), Bolívia (1993), Colômbia (1995) e Brasil (1985).

Em 1974, na primeira sessão do Tribunal Russell II realizado na Itália, foi apresentado também extenso relatório produzido por Jan Rutgers, teólogo holandês, sobre a relação entre a ICAR e o poder militar no Brasil, denunciando a situação calamitosa que muitos religiosos se encontravam no país, sendo este e os outros relatórios produzidos no Tribunal de fundamental significância para “devolver dignidade para as vítimas ante a progressiva e generalizada degradação de seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais” (FRAUDATARIO, 2014, p. 314, tradução nossa).

Um dos mais importantes registros de um religioso foram as memórias da prisão de Frei Betto, lançadas sob o título de “Batismo de Sangue”, que também tratava sobre a prisão dos dominicanos que participaram na guerrilha e da morte de Carlos Marighella. Tal livro,

lançado pela primeira vez em 1982, possui grande relevância ainda pela data de publicação, no final do regime, igualmente ao relatório Brasil: Nunca Mais, e demonstra mais uma vez o esforço de religiosos, enquanto membros da sociedade civil, para trazer a verdade dos acontecimentos da época para a população em geral. No livro, Frei Betto narra as torturas sofridas por Frei Tito pelo capitão Bernoni de Arruda Albernaz, que recorreu à simbologia da comunhão para escarnecer da religião do jovem Frei, além das recorrentes agressões físicas e verbais, também ligadas à sua fé:

Diante de minhas negativas, aplicaram-me choques, davam-me socos, pontapés e pauladas nas costas. Revestidos de paramentos litúrgicos, os policiais fizeram-me abrir a boca ‘para receber a hóstia sagrada’. Introduziram um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder falar direito. Gritavam difamações contra a Igreja, e berravam que os padres são homossexuais porque não se casam. Às 14 horas, encerraram a sessão. Carregado, voltei à cela, e fiquei estira no chão. (FREI TITO *apud* FREI BETTO, 1987, p. 375).

A Igreja Católica foi pioneira no estabelecimento da Memória e da Verdade pós-regime militar, porém, principalmente com o relatório Brasil: Nunca Mais. Não obstante, a cientista política Glenda Mezarobba, ao analisar o processo de justiça transicional no Brasil, afirma que o mesmo vem sendo pautado por uma “lógica do esquecimento”, a começar pela Lei da Anistia, que incluiu os agentes do Estado que violaram direitos fundamentais enquanto anistiados (BRASIL, 1979), e também a Lei nº 9.140/1995, conhecida como Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos (BRASIL, 1995) e a Lei nº 10.559/2002, que reconhece a perseguição política e estabelece o pagamento de indenizações (BRASIL, 2002), porquanto todas se recusaram, em maior ou menor grau, a tratar das temáticas da Verdade e da Memória (MEYER; OLIVEIRA, 2014, p. 10-11), que só vieram a ganhar maior foco com a criação da CNV.

Para Abrão e Torelly (2014, p. 64), ainda, “a forte e histórica mobilização social da luta pela anistia e pela abertura política é de tal sorte que do conceito de anistia emana toda a concepção da Justiça de Transição no Brasil”. Há, porém, boas perspectivas para o futuro da anistia no Brasil. Mesmo que ainda hoje se apresente como uma barreira à efetiva punição pelas violações de Direitos Humanos, o conceito de anistia defendido pela população da década de 1970, incluindo a Igreja Católica, seguiu desenvolvendo-se junto com a própria sociedade durante a democratização, e hoje se encontra cada vez mais atrelado à ideia de verdade e justiça (ABRÃO; TORELLY, 2014, p. 79), um grande avanço para o estabelecimento de uma cultura democrática no país.

Tal progresso acerca da acepção de anistia, porém, só ocorreu por constante pressão da ICAR por um Estado mais atuante na área, devido à omissão do governo brasileiro que perdurou por muitos anos.

3.2.2 Divisões internas

Para entender as mudanças, no decorrer dos anos, da posição do clero nacional em toda sua complexidade, até sua efetiva contribuição para os Direitos Humanos nos anos finais do período de exceção, se faz necessário observar que, não apenas no momento da deflagração do Golpe, mas durante os 21 anos de ditadura e quiçá até os dias atuais, o episcopado brasileiro estava dividido em três principais correntes (RUTGERS, 2014, p. 285-286):

a) Os conservadores, a favor de uma sociedade hierarquizada e de uma leitura tradicional nos moldes do Concílio de Trento. Essa corrente abrangia a maioria dos membros da ICAR nos idos da década de 1960 (ALVES, 1968, p. 64) devido a uma ligação histórica da Igreja com a alta burguesia e a aristocracia rural brasileira (ALVES, 1968, p. 37). Apesar de verem sua influência diminuir ao longo do tempo, retomando sua força de modo geral apenas já na década de 1980, sua repercussão no alto escalão da Igreja nunca foi completamente inócua.

As políticas dos membros dessa ala podem ser vistas, por exemplo, em uma entrevista à imprensa dada pelo Arcebispo de São Paulo do começo da Ditadura Militar, dom Agnelo Rossi, em que, sobre o caso dos dominicanos presos em São Paulo, ele afirmou que nada tinha diretamente a ver, pois eles não haviam sido presos comungando ou confessando (BETTO, 1987, p. 171); nos hierarquicamente poderosos Arcebispos do Rio de Janeiro, dom Eugênio de Araújo Sales, e de Diamantina, dom Geraldo de Proença Sigaud, defensores da manutenção do governo militar; e na influente Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) que organizava, entre outras campanhas, manifestações contrárias à Reforma Agrária e continua sendo hoje um dos grandes bastiões do conservadorismo no Brasil.

b) Os moderados, cuja principal característica era a aceitação tácita do regime anticomunista, seguindo a tradição conservadora, porém sempre dispostos ao diálogo sobre a situação política do país;

c) Os progressistas, que, entusiastas da Justiça Social, rompiam em partes com o Concílio de Trento, largamente influenciados pela encíclica *Mater et Magistra* (1961) do papa João XXIII, que versava “sobre a (...) evolução da questão social à luz da doutrina cristã” (IGREJA CATÓLICA, 1961); o Concílio Vaticano II (1962-1965) convocado por ele; e pela encíclica de seu sucessor, Paulo VI, *Populorum Progressio* (1967), que reafirmava a necessidade de mudanças internas e reforçava a missão social da Igreja (CARVALHAL, 2005).

Adquirem especial força e organização no Brasil através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), vanguarda no Brasil na proteção dos Direitos Humanos, e da CNBB depois de sua XIII Assembleia Geral em 1973, que afirma veementemente a atuação dos bispos da Conferência e de toda a ICAR na proteção à dignidade e à liberdade do ser humano.

Assim, a relação de poder entre essas correntes dentro da Igreja foi a variável no movimento do clero nacional, ao passar de uma inicial posição pró-golpe para uma ideologia que progressivamente ia de encontro à Ditadura.

Inicialmente, a força da corrente conservadora anticomunista era preponderante: o papa Paulo VI expressou nas suas orações diárias, sem maiores repreensões, que os eventos do Golpe se desdobrassem sem violência e derramamento de sangue, ratificando essa mesma posição posteriormente em visita ao Colégio Pio Brasileiro em Roma. (BRASIL, 2014a, p. 154).

A CNBB, porém, já dava, mesmo no começo do regime militar, pequenos sinais de preocupação, de forma geral, com a proteção aos direitos humanos. O Concílio Vaticano II, concílio ecumênico convocado por João XXIII em 1961 e realizado entre 1962-1965 com a intenção inicial de modernizar a Igreja em relação às demandas cada vez mais complexas do mundo da segunda metade do século XX; e a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín em 1968, exerciam cada vez mais sua influência no país, principalmente com a criação e expansão das CEBs, que funcionaram como as principais irradiadoras no Brasil dos pensamentos desenvolvidos no Concílio e na Conferência até a CNBB tomar posição mais firme contra a ditadura na década de 1970.

O Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín iriam mudar permanentemente a visão de muitos membros da ICAR sobre a problemática dos Direitos Humanos não só no Brasil, mas em todo o mundo, e até mesmo o conservador papa João Paulo II chegou a afirmar que o Concílio era fundamental para compreender a história da Igreja no fim do século (IGREJA CATÓLICA, 2000).

Pode-se perceber que a parte do episcopado nacional que lutava ativamente pela preservação dos Direitos Humanos em face à Ditadura Militar era minoria dentro da instituição nos anos iniciais da Ditadura, mas deve-se ressaltar que o seu número de adeptos aumentou durante o regime de forma exponencial. Conseguiu-se mudar a posição oficial da Igreja e tornar a posição da CNBB mais veemente, passando do inicial apoio aberto ao golpe (institucional, no caso da ICAR e com algumas ressalvas, no caso da CNBB) para uma posição mais ambivalente e de repúdio pelo menos às mais graves violações aos Direitos Humanos.

Inicialmente, a grande força do setor progressista se encontrava exclusivamente no episcopado do Norte-Nordeste (WESCHLER, 1998, p. 23), mas posteriormente a CNBB iria atuar como organização de vanguarda da corrente (notadamente após sua XIII Assembleia Geral em 1973), reunindo os principais nomes progressistas brasileiros, e partir desse momento haveria um número cada vez crescente de bispos progressistas em todo o território nacional.

Em termos cronológicos, tem-se que o marco dessa mudança foi no final da década de 1960 e início da década de 1970, como pode ser demonstrado pela indicação dos progressistas dom Hélder Câmara para o Arcebispado de Recife e Olinda em 1964 e dom Paulo Evaristo Arns para o Arcebispado de São Paulo em 1970, dois dos maiores Arcebispados do país.

Na década de 1980, porém, perto do final da ditadura, com o papado de João Paulo II, a guinada progressista em defesa da Justiça Social começou a declinar, e começou um gradual desmonte da influência do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação no Brasil por parte da Santa Sé (COMBLIN, 1992, p. 607).

Ainda durante a vigência do regime, porém, conforme a posição da ICAR ia se tornando enfática, também iam se tornando mais frequentes as perseguições e violações por parte do Estado à Igreja, que tomou diferentes formas, posteriormente catalogadas em dossiê elaborado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) em 1988 (BRASIL, 2014a, p. 155-156):

- a) ataques difamatórios: ataques verbais ou escritos; públicos e privados, à Igreja e a membros dela;
- b) perscrutações: buscas e apreensões ilegais de residências e reuniões de Igreja;
- c) prisões: penas privativa de liberdade, que duravam de horas a anos;
- d) tortura: violações físicas e/ou psicológicas;

- e) mortes: por assassinatos, por suicídio, em tiroteios, em consequência de tortura, além das ameaças de morte;
- f) sequestros: casos de desaparecimento forçado de membros da Igreja, que eram ou não vistos novamente;
- g) processos: contra diversos religiosos e grupos de cristãos;
- h) intimações: como testemunha, para depoimento;
- i) expulsões: desde expulsões das paróquias até exílios, além das diversas ameaças;
- j) censura: a todo tipo de comunicação da ICAR;
- k) proibições: impedimento de publicações e convites;
- l) falsificações: de publicações e de identidade.

Em relatório do final da década de 1970 produzido pela própria Igreja, foram divulgados que apenas no período de 10 anos entre 1968 e 1978, ocorreram, oficialmente, a prisão de mais de cem padres, sete mortes ligadas diretamente à ICAR, vários relatos de tortura, sem contar outras formas de censura, como a proibição de celebração de missas, em flagrante violação à liberdade religiosa (CARVALHAL, 2005).

3.2.3 Norte-Nordeste e o Arcebispado de Recife e Olinda: Hélder Câmara

O pioneirismo da luta contra as violações frequentes aos Direitos Humanos, porém, pertence ao Norte-Nordeste. Como exposto anteriormente, as ideias progressistas do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín entrou no Brasil através dos religiosos mais militantes das duas regiões, localidades que desde aquela época até hoje figuram com as maiores taxas de desigualdade social no Brasil.

Tais religiosos, perplexos com tamanha brutalidade do regime militar com a população vulnerável da área, atuavam em diversas frentes para denunciar a situação ou até ajudar diretamente suas comunidades. Por causa de tal atuação mais combativa no local, foi também no Norte-Nordeste que se concentrou grande parte da repressão mais ríspida por parte do Estado.

O padre Antonio Canuto relatou, em depoimento gravado por pesquisadores da CNV na Comissão Brasileira de Justiça e Paz em 2013, a situação calamitosa da região Norte do país:

Em 1968, Pedro Casaldáliga chega para iniciar o trabalho naquela região, onde está a Prelazia de S. Félix do Araguaia, e, em 1971, ele é ordenado bispo. E nessa ocasião da ordenação de bispo, ele publica a Carta Pastoral Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. Essa carta que denuncia, dando nome aos bois, dizendo quem é que estava ocupando terras indígenas, expulsando as famílias de posseiros e escravizando aos peões que vinham de outros lugares para a região. Foi a primeira voz da Igreja que se fez forte nessa denúncia, e que provocou, também, todo um processo de repressão. Com esse grito se descobriu que essa mesma realidade se repetia no Pará, no restante do Mato Grosso e em outros lugares do país. E por isso que, em 1975, convocados pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, foi feita uma reunião dos bispos e prelados da Amazônia, em Goiânia, e nessa reunião uma das decisões foi a criação de uma Comissão de Terras, que se tornou a Comissão Pastoral da Terra, para acompanhar esses conflitos que havia na Amazônia toda e que se estendeu para o resto do Brasil.

Esse trabalho teve consequências muito sérias, lá na Prelazia de São Félix, em 1972, 1973, teve uma repressão muito grande, teve a prisão de dois líderes camponeses e cinco agentes de pastoral, foram levados e torturados. [...] A gente vê que os problemas estavam pipocando para todo lado. (BRASIL, 2014a, p. 158)

Diversos padres foram assassinados na localidade devido aos conflitos na área, em números bastantes mais elevados que no resto do país, principalmente como vítimas colaterais da Guerrilha do Araguaia. Um número até hoje sem estimativas seguras de indivíduos que se viram no meio do conflito entre guerrilheiros e agentes estatais foram mortos pelo regime, incluindo camponeses, indígenas e religiosos.

O Nordeste também possui um vasto histórico de ativismo fomentado no início do século pelas Ligas Camponesas e pelos líderes políticos de esquerda, constantemente reeleitos pela população local, como Miguel Arraes. Assim, foi também berço de uma oposição CEB, a qual combateu as violações aos Direitos Humanos desde o início, e acabou por sofrer uma repressão atroz por parte do governo ditatorial.

Pernambuco especificamente foi palco de algumas das mais perversas repressões por parte do Estado, mesmo ainda no começo da Ditadura. Ainda no mandato do presidente Castelo Branco, o General Ernesto Geisel, então Ministro-Chefe da Casa Civil, foi mandado para Recife com o objetivo de diminuir a violência da repressão, que estava fora de controle. Embora nenhum agente estatal tenha sido punido, as torturas diminuíram por um tempo após a sua visita. (CUNHA, 2007, p. 95).

O Arcebispado de Recife e Olinda, por sua vez, tem história semelhante ao Arcebispado de São Paulo na medida em que, enquanto a cidade do Sudeste passou do comando de um clérigo da corrente conservadora e extremamente anticomunista (dom Agnelo Rossi) para as mãos de um arcebispo progressista (dom Paulo Evaristo Arns), o mesmo

aconteceu em Recife, passando das mãos do altamente conservador dom Antonio de Almeida Morais Júnior para um arcebispo mais progressista, dom Carlos Coelho, e posteriormente para dom Hélder Câmara, cujo apostolado é conhecido por ter feito da Arquidiocese uma das mais progressistas da época.

Embora inicialmente com uma relação neutra e por vezes até mesmo amigável com a ditadura, a oposição de dom Hélder cresceu vertiginosamente com o tempo. Por diversas vezes, seu ativismo causou conflitos diretos com os militares, o que contribuiu para sua crescente contestação ao regime.

O primeiro atrito entre o arcebispo e os militares ocorreu em 1966 quando vários bispos nordestinos assinaram um manifesto condenando a situação dos trabalhadores no Nordeste e fomentando uma resistência por parte deles. Em consequência à divulgação do manifesto, o General Itiberê Gouveia do Amaral divulgou uma carta aberta contra dom Hélder, que mais tarde sofreria oposição também do sociólogo Gilberto Freyre, que junto ao General o culpava pela decadência moral do Nordeste. Novamente, em 1967, durante discurso, dom Hélder denunciou a prática de trabalho escravo nas regiões canavieiras do interior do Estado, e sofreu, posteriormente, forte oposição na mídia governista. A partir desse ponto, os ataques contra o arcebispo só escalaram.

Em 1969, a Igreja das Fronteiras, residência de dom Hélder, teve seus muros pichados e metralhados e, por fim, pouco tempo depois, o jovem padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto, ordenado pelo arcebispo, foi assassinado de forma pungente por um grupo paramilitar anticomunista que recebia, conforme restou posteriormente comprovado, treinamento e financiamento do governo militar (CUNHA, 2007, p. 109-110).

As manifestações de dom Hélder em prol da defesa dos Direitos Humanos, lutando pela propagação da verdade dissonante da oficial, renderam a ele também enorme reconhecimento no exterior, inclusive com sólida possibilidade de nomeação ao Prêmio Nobel da Paz. O governo brasileiro, porém, temendo a repercussão negativa que tal fato traria ao regime, conseguiu por diversas vezes impedir sua nomeação (PERNAMBUCO, 2015).

3.2.4 O Arcebispado de São Paulo: Paulo Evaristo Arns

O Arcebispado de São Paulo, principalmente através de sua Comissão de Justiça e Paz, foi fundamental para a estabelecer as bases da memória e da verdade no Brasil, e atuaram

na vanguarda do processo de democratização da década de 1980 e além. A Arquidiocese teve papel de destaque principalmente na divulgação dos acontecimentos relativos à Guerrilha do Araguaia.

Ainda em 1980, por exemplo, a Arquidiocese de São Paulo e outros setores da igreja, além dos Comitês de Anistia do Rio de Janeiro e São Paulo e outras organizações civis, organizaram uma viagem de quinze dias para Belém com o objetivo de realizar um reconhecimento e estudo de campo na região onde aconteceu a Guerrilha do Araguaia na década anterior. A caravana foi fundamental para o conhecimento dos acontecimentos da região, que restaram escondidos da população civil durante a duração do conflito. De modo a esconder os fatos, o Exército inclusive intimidou as famílias da área para que elas não fornecessem informações à missão, ameaçando diversos camponeses e moradores do Araguaia. Hoje, todavia, há consenso na eleição da Guerrilha do Araguaia como um dos episódios mais emblemáticos de uso de uma repressão sistemática e inumana aos combatentes, pelos quais imenso carinho e respeito foi demonstrado pelos moradores e camponeses da região onde ocorreu a guerrilha (BRASIL, 2014b, p. 39).

O principal fato descoberto pela comitiva liderada pela Arquidiocese de São Paulo foi que poucos dos guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foram mortos durante o combate. Grande número de combatentes foram presos ainda com vida e transportados para os comandos militares em municípios vizinhos, aonde foram executados (BRASIL, 2014b, p. 39-40).

Em 1991, novamente com o apoio da Arquidiocese de São Paulo e, principalmente de Dom Paulo Evaristo Arns, nova expedição ao Araguaia fora organizada, com novos representantes da Igreja, além de familiares e especialistas. Nessa nova missão, com o auxílio de médicos legistas e outros profissionais, foram encontrados e identificados os restos mortais de três guerrilheiros na região (BRASIL, 2014b, p. 40).

A Arquidiocese ainda desempenhou papéis fundamentais nos projetos Brasil: Nunca Mais e Clamor, através de sua Comissão de Justiça e Paz e outros órgãos internos, além do ativismo pessoal de Dom Paulo Evaristo Arns⁴.

3.3 Igrejas protestantes

⁴ Cf. tópicos 3.4 e 3.5 deste trabalho.

Apesar de a ICAR poder afirmar que reconsiderou, em geral, a posição tomada no início do regime e que muitos dos seus bispos lutaram posteriormente pelos Direitos Humanos no Brasil, o mesmo não pode ser dito sobre a maioria das igrejas protestantes do país, como afirmado pelo pastor presbiteriano Jaime Wright e relatado por Weschler (1998, p. 12, tradução nossa):

Muitas das igrejas protestantes no Brasil tinham sido ‘aculturadas através da vingança’ como ele coloca; as mais estabilizadas denominações protestantes frequentemente atraíam os *nouveau-riche*, beneficiários do Milagre Brasileiro e por isso apoiadores tácitos do regime militar. Isso era verdade para grande parte da Igreja Presbiteriana Brasileira. [...] Alguns dos grupos mais evangélicos, como os patrocinadores Pentecostais lá dos Estados Unidos eram, se qualquer coisa, mais anticomunistas que o próprio regime. Aliás, o aparato de segurança do regime era conhecido por possuir uma grande proporção de protestantes.

A Confederação Evangélica do Brasil, porém, uma das expressões mais intensas do movimento ecumênico no país até 1964, possuía, conjuntamente com as diversas juventudes pastorais, diversas ações e programas que poderiam ser vistos como progressistas (BRASIL, 2014a, p. 153). Tal ideologia mais progressiva para a época, porém, foi sendo progressivamente silenciada conforme a repressão aumentava, e apesar de ainda existir no final da década de 60 e 70, com diversos pastores em oposição aos militares, tratava-se de corrente minoritária no âmbito protestante nessa época.

Minoritária, mas não menos digna de relato, considerando principalmente a produção do projeto “Memórias Ecumênicas Protestantes no Brasil” no âmbito do programa Marcas da Memória em sua quarta chamada. Foi realizado no referido empreendimento um resgate da participação protestante na resistência e transição democrática no Brasil através de uma parceria entre a entidade ecumênica KOINONIA e a Comissão da Anistia, que resultou em um acervo digital multimídia composto por um livro intitulado “Memórias Ecumênicas Protestantes – Os Protestantes e a Ditadura: Colaboração e Resistência”, organizado por Zwinglio M. Dias; dois documentários: “Juventude e Lutas Ecumênicas” (21min) e “Muros e Pontes - Memória dos Militantes Protestantes” (63min), ambos de direção de Juliana Radler; e a disponibilização do acervo de documentos e periódicos digitalizados referentes ao período da ditadura e que foram produzidos pelo Centro Evangélico de Informação, que depois recebeu o nome de Centro Ecumênico de Informação e, a partir de 1979, Tempo e Presença⁵.

⁵ Todos os produtos do projeto estão disponíveis no site da entidade ecumênica (KOINONIA, 2018).

É necessário, porém, frisar que a presença e a influência das igrejas evangélicas na época da Ditadura Militar eram relativamente limitadas quando comparada ao grande alcance da Igreja Católica. Apesar de ser a doutrina religiosa que mais cresce hoje no Brasil, o fenômeno do protestantismo ainda é relativamente recente e a divisão de suas igrejas em várias diferentes denominações fragmenta sua influência política em relação à ICAR.

A considerada por muitos a maior contribuição para a defesa dos Direitos Humanos e manutenção da Memória e Verdade durante o período militar, porém, contou com a participação do pastor presbiteriano Jaime Wright: foi a produção do relatório “Brasil: Nunca Mais” durante esses anos finais da ditadura (1979-1985), um trabalho realizado em conjunto com o então ainda arcebispo de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns e do rabino Henry Sobel.

3.4 O Relatório Brasil: Nunca Mais

O Relatório Brasil: Nunca Mais (BNM) merece ênfase por duas razões: primeiramente por ser uma das principais contribuições, não apenas no campo jurídico, mas em todos os campos de trabalho da Justiça de Transição no Brasil, especialmente nos campos de preservação da Memória e da Verdade do período, lembrando a todos os abusos cometidos pelo Estado autoritário e mostrando uma verdade difícil de ser contestada, por ser advinda de uma fonte oficial (os processos do próprio Superior Tribunal Militar); e em segundo lugar por mostrar que as várias perseguições e brutais torturas foram realizadas contra os mais diversos setores da sociedade civil, incluindo o religioso.

Realizado clandestinamente já nos anos do processo de distensão do ex-presidente Ernesto Geisel (e conseqüente abertura de João Batista Figueiredo), foi um trabalho em conjunto não apenas de diversos setores religiosos (contando com a diversidade de um arcebispo, um pastor presbiteriano e um rabino no projeto), mas também de outros grupos da sociedade, como um número considerável de advogados e jornalistas. Na época a Igreja e o Estado Militar passavam por uma grave crise em suas relações devido ao fato de vários clérigos fazerem uma oposição progressivamente mais aberta ao regime repressivo e também devido ao aumento da violência estatal ocorrida nos anos anteriores, que atingiu bispos e padres (CARVALHAL, 2005).

Além de ter sido produzido no meio de uma crise institucional entre Igreja e Governo, o relatório também começou a ser produzido no ano da promulgação da Lei nº 6.683/1979

(Lei da Anistia), que foi o primeiro ato jurídico oficial por parte do Estado brasileiro diante da redemocratização e da transição política (BRASIL, 1979), e foi finalizado em 1985.

A primeira publicação pelo governo de obra com relevância inquestionável para a Memória e para a Verdade do período só veio a acontecer em agosto de 2007, ou seja, 22 anos depois, quando foi lançado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em coordenação com a Presidência da República, o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, que registra os 11 anos de funcionamento da CEMDP.

Os trabalhos do projeto Brasil: Nunca Mais começaram, assim, 32 anos antes da instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV) através da Lei nº 12.528/2011 (BRASIL, 2011a) e teve seu relatório final entregue 29 anos antes do relatório da CNV, que foi finalizado apenas em 2014. Assim, além de ser até hoje um documento de extremo valor para a lembrança e para o estabelecimento da verdade do período, se tratou de um dos primeiros a serem produzidos, antes das produções de diversos outros setores da sociedade civil e décadas antes das produções mais relevantes do Estado.

O relatório BNM conta com diversos relatos de torturas e arbitrariedades praticadas pelas autoridades da época, contando com cópias dos diversos processos que circularam pela Justiça Militar brasileira no período militar até 1979, principalmente aqueles que chegaram ao Superior Tribunal Militar (STM). Mas por que a escolha dos processos judiciais como fonte do relatório? E como esses relatos se encontravam catalogados assim, a livre dispor do público, para terror dos militares?

Para responder a essas indagações devem ser consideradas duas observações: primeiramente, consta no próprio relatório (ARNS; SOBEL; WRIGHT, 2014, p. 21) citação direta ao livro “Vigiar e Punir”, do pensador francês Michel Foucault, em que o filósofo afirma que é possível ter uma boa leitura da história de um país através dos arquivos processuais penais do Judiciário, pois a verdadeira face do Estado está gravada ali, nas suas sentenças e punições que por vezes violam a mais básica dignidade humana. Tal linha de raciocínio era compartilhada pelos próprios autores do projeto.

Em segundo lugar, é preciso entender a mentalidade do militar brasileiro de alta patente, conforme explica Jaime Wright, um dos autores do relatório (WESCHLER, 1998, p. 15, tradução nossa):

O generais brasileiros, veja você, eram tecnocratas. Eles gostavam de fazer as coisas obedecendo toda a burocracia, seguindo todas as formalidades, mesmo que os resultados fossem, no final, cruéis e perversos. Por exemplo,

eles eram obcecados em manter registros completos conforme o regime progredia.

Tal descrição é ainda corroborada por Alfred Stepan, brasileiro da Columbia University: “manter registros assim é parte de uma longa tradição ibérica de registrar atos estatais” (WESCHLER, 1998, p. 47, tradução nossa). Esperando talvez até que um governo civil assumisse o poder para só então queimar os arquivos (como aconteceu na Argentina), ou até mesmo confiando em demasia nas consequências que uma anistia geral viria a ter, assim, os arquivos ficaram catalogados por bastante tempo, e o principal relatório do século XX sobre as violações de Direitos Humanos do regime ditatorial brasileiro acabou sendo feito com provas produzidas pelo próprio governo da época, e é desse ponto que grande parte de sua importância deriva.

A produção do relatório, capitaneada principalmente pelo Arcebispo Arns e pelo pastor Jaime Wright, foi financiada em grande parte pelo Conselho Mundial de Igrejas, com o projeto chegando a receber 350.000 dólares da instituição (WESCHLER, 1998, p. 17), que financiava também outros projetos de combate à repressão estatal ao redor do mundo, incluindo, por exemplo, o Chile, que viveu situação semelhante à brasileira e também teve uma atuação ativa da Igreja Católica em defesa dos Direitos Humanos daquele país.

A instituição, sob a direção de Philip Potter, identificava na ICAR uma das principais instituições defensoras dos Direitos Humanos na América Latina no final do século XX (TELES, 2012). O projeto, porém, não chegou ao conhecimento do Vaticano durante sua produção, por medo do Arcebispo de envolver diretamente a Santa Sé em uma possível crise sem precedentes com o governo brasileiro.

A atuação do Arcebispo Arns na luta contra a tortura no Brasil, ressalte-se, remonta a mesmo quando a reação pública da maioria da população ainda era relativamente incipiente. Em 1971, quando a tortura ainda não era tema de discussão aberta na sociedade brasileira, devido principalmente à censura provida do AI-5, D. Paulo tomou a decisão de denunciar publicamente as torturas físicas e psíquicas sofridas pelo padre Giulio Vicini e por Yara Spadini, dois trabalhadores da ICAR, e protestar contra as versões oficiais dos fatos. O sermão-denúncia foi divulgado no jornal da Arquidiocese e afixado nas portas das igrejas e oratórios públicos. A nota ficou conhecida na época em todo o Brasil e até no exterior (RODRIGUES, 2009).

Em 1975, a morte de Vladimir Herzog iniciou uma postura ainda mais combatente do Arcebispo, que ao lado de Jaime Wright e Henry Sobel, celebraram uma missa para o jornalista que contou com a presença de milhares de pessoas. Finalmente, com a Lei da

Anistia de 1979, os advogados puderam ter acesso aos processos, o que permitiu aos religiosos colocar o projeto em prática.

3.5 O Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (Clamor)

O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, conhecido pelo nome de seu boletim, Clamor, foi fruto de uma discussão entre Jan Rocha, Luiz Eduardo Greenhalgh e Jaime Wright, ativistas de Direitos Humanos no Brasil, e Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, para ajudar os diversos refugiados das ditaduras do Brasil e dos países vizinhos no final da década de 1970 e começo de 1980.

O Comitê, por sugestão de Dom Paulo, permaneceu vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados da Arquidiocese de São Paulo e buscou apoio e ajuda financeira junto a organizações nacionais e internacionais, como o Conselho Mundial de Igrejas (ANDRADE, 2015, p. 2-3).

Em 1982, Jaime Wright publicou a história completa da criação e desenvolvimento do Clamor, enfatizando a importância do Boletim na divulgação dos fatos ocorridos nos regimes autoritários latino-americanos e ressaltando a orientação ecumênica, sem preocupações sectárias, como um dos pilares do projeto, essencial para sua eficácia (ANDRADE, 2015, p. 3-4).

O caráter ecumênico da entidade permitia a ela reunir católicos e protestantes, mesmo mantendo-se vinculada à Arquidiocese, pois todos militavam pela causa comum da defesa dos Direitos Humanos e o compromisso com a ajuda a todos os povos integrantes do Cone Sul. Sua expansão garantiu contatos com igrejas protestantes através do Conselho Mundial de Igrejas e com organizações não governamentais como a Anistia Internacional.

O Clamor atendia refugiado e familiares de presos e desaparecidos políticos pessoalmente ou por telefone, de países como Argentina, Chile e Uruguai, além do Brasil, e divulgava as informações e denúncias recebidas, realizando uma troca de informações com outras instituições localmente e através do mundo. Exerceu papel fundamental, assim, ao prestar auxílio aos refugiados que não conseguiam se colocar sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas, “por medo de comprometer sua segurança pessoal. Eram

clandestinos civis dentro da clandestinidade política, não sendo protegidos, portanto, pelo Estatuto dos Refugiados” (ANDRADE, 2015, p. 5).

Várias ações concretas ainda podem ser destacadas, como a entrega ao presidente norte-americano Jimmy Carter pela organização de uma lista de desaparecidos políticos brasileiros em 1978; a entrega ao Papa João Paulo II de uma lista de desaparecidos dos vários países do Cone Sul em 1980; e, talvez, sua maior contribuição direta, a elaboração da lista de desaparecidos argentinos que mais tarde seria sistematizada e serviria de base para os trabalhos da Comissão Nacional de Desaparecidos Políticos argentina (ANDRADE, 2015, p. 6).

O Clamor continuou ativo até 1991, quando divulgou nota em que afirmava que seu trabalho estava finalmente sendo feito por entidades de Direitos Humanos nacionais dos países do Cone Sul, e tais países não mais precisariam de “porta-voz”. Mesmo após o encerramento das atividades, o Clamor continuou a exercer influência importante no direito à memória e à verdade do Brasil e da América do Sul através da divulgação dos seus arquivos através do Fundo Clamor e sua doação para centros de pesquisa em História e Direitos Humanos, documentação que foi posteriormente digitalizada (ANDRADE, 2015, p. 10-11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel das religiões, notadamente da cristã (com suas expoentes católica e protestante), sempre foi utilizado para compreender as relações sociais e de poder dentro do Brasil. Não foi diferente com o golpe civil-militar de 1º de abril 1964 e a ditadura que se seguiu. Assim, tão quão complexa e, por vezes, contraditória foi a posição da Igreja, com suas diversas correntes internas, em relação às ações do Estado brasileira, foi também complexo o progresso do regime, que ora abrandava e ora intensificava suas violações aos Direitos Humanos.

A tortura infelizmente é ainda praticada nos porões das delegacias pelas mais diversas razões, por muitas vezes fruto de uma ideologia remanescente do período ditatorial⁶, porém parte das punições e violações aos Direitos Humanos contra “prisioneiros de consciência”, ou seja, presos especificamente por causa de suas opiniões políticas, findou-se após o desmonte do aparato repressivo do regime militar.

Tal fim apenas chegou pela pressão de diversos setores da sociedade civil, incluindo, em grande parte, a Igreja Católica e outros setores menores de outras instituições religiosas, através de diversas intervenções contra o governo ditatorial, com condutas focadas principalmente no resgate da Memória e da Verdade do período para a população em geral.

Apreende-se do trabalho também como a Igreja Católica se organizou de modo a suprir deficiências e omissões legislativas ao longo do processo transicional brasileiro, atuando por muitas vezes anos ou décadas antes que o Estado visse a tomar alguma posição oficial acerca de determinadas temáticas, ou produzisse através de dispositivos normativos resultados concretos em prol da efetivação da Justiça de Transição. Essa atuação enquanto grupo de pressão não apenas funcionou de forma a pressionar pela produção estatal de informações e por reconhecimento do Estado das violações de Direitos Humanos, através de ações individuais e coletivas dos religiosos, mas também produziu relatórios, como o “Brasil: Nunca Mais”⁷ e os relatórios do “Clamor”, que, ainda que incipientes, irão servir de forte inspiração para os relatórios oficiais futuramente produzidos pelo Brasil e os seus respectivos Estados.

⁶ Barros (2015, p. 96) compara as torturas praticadas pela polícia judiciária hodiernamente com as realizadas na Ditadura, afirmando que o argumento da época era fundado na ideologia da guerra contra os comunistas. Hoje teria sido mudado apenas o foco da “guerra”, travada atualmente contra a criminalidade.

⁷ Tamanha foi a relevância do Relatório que em 2011 iniciou-se um projeto, intitulado “BNM Digit@l” e promovido pelo MPF, para a digitalização e divulgação *on-line* dos arquivos.

Essa postura ativa da sociedade civil, especificamente das Instituições Religiosas, contrasta com a reticência e morosidade do Estado brasileiro para adotar medidas justransicionais efetivas. Adotando a reparação civil como principal eixo estruturando de seu programa de transição, através do Art. 8º do ADCT da CF/88, da Lei nº 9.140/1995, e da Lei nº 10.559/2002, foi apenas depois da condenação brasileira na CorteIDH no caso Gomes Lund e Outros Vs. Brasil que o Estado brasileiro passou a adotar medidas efetivas e focadas no aprofundamento e expansão do Direito à Memória e à Verdade no país, através da criação da Comissão Nacional da Verdade, da promulgação da Lei de Acesso à Informação e da aprovação do Programa Nacional de Direito Humanos-3. Nota-se ainda que a Justiça de Transição no Brasil se desenvolveu sempre à revelia da completa impunidade criminal promovida pela Lei da Anistia, cuja validade foi questionada pela CorteIDH no caso Gomes Lund, porém endossada pelo STF através da ADPF 153.

Com o caso Vladimir Herzog e Outros Vs. Brasil pendente de julgamento na CorteIDH, e a ADPF 320, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade, também pendente de apreciação no STF, ambas ações questionando a Lei da Anistia e outros aspectos da Justiça Transicional no Brasil, a situação atual, todavia, traz novas certas incertezas ao campo.

Depreende-se deste trabalho, porém, que a instância da Igreja enquanto grupo de pressão e também reflexo de diversos outros setores da sociedade, se posicionando de modo vanguardista, mantém-se até os dias de hoje. A pesquisa realizada nesse trabalho, assim, abre a possibilidade também de entender melhor qual influência, atualmente, a Igreja Católica pode ter em situações de tortura e violações aos Direitos Humanos que ainda ocorrem pelo país ao ainda condenar constantemente as violências sofridas pelos atuais presos no Brasil, que enfrentam um sistema carcerário ainda bastante precário, que promove sistemática violação a seus direitos.

Pode-se, portanto, ainda falar em sua atuação hoje como uma continuidade ou uma herança de suas ações durante a transição democrática brasileira em relação aos antigos presos políticos. Também através do entendimento mais aprofundado de como a posição da ICAR influenciou a produção normativa e a política interna brasileira na segunda metade do século XX, viabiliza-se também um posterior estudo comparativo com situações críticas da democracia e política contemporâneas brasileiras.

A posição oficial de repúdio da ICAR e da CNBB em relação à politização demasiada do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (ARBEX, 2016), tanto por parte dos partidos governistas e quanto de oposição, após a compreensão da relação dessas

instituições supra com a Ditadura Militar mostra uma continuidade, mesmo que em parte, da visão progressista que rejeitou o regime autoritário do século passado e que agora combate algumas forças que, em específico, politizaram de forma desproporcional o processo de *impeachment*, a exemplo do deputado federal Jair Messias Bolsonaro que em seu voto no referido processo homenageou o ex-coronel do Exército e torturador reconhecido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo⁸, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Nesse prisma, permite-se, com a análise do histórico de lutas da Igreja, uma reflexão mais aprofundada sobre as relações de poder entre a sociedade e o poder público hoje.

Assim, mesmo que o processo de resgate à Memória e à Verdade da Ditadura Militar ainda esteja em progresso - inclusive com novas contribuições da Igreja Católica Apostólica Romana – e que o trabalho não possua a pretensão de esgotar o tema, é de se salientar que o entendimento da relação entre o Estado Militar e a Igreja tem implicações sobre a sociedade e política contemporânea de forma que ainda excede o campo da Justiça de Transição.

⁸ Condenado em ação declaratória sob nº 0347718-08.2009.8.26.0000/SP, na qual restou devidamente registrada relação jurídica de responsabilidade civil, nascida de prática de ato ilícito - no caso, tortura - entre os autores e o ex-coronel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. O programa de reparações como eixo estruturante da justiça de transição no Brasil. In: REÁTEGUI, Félix. (Org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 473-516.
- ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Org.). *Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade*. João Pessoa: Editora UFPB, 2014. p. 63-86.
- ALVES, Márcio Moreira. *O cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968. 295 p.
- ANDRADE, Ana Célia Navarro de. Em defesa dos Direitos Humanos no Cone Sul: organização, digitalização e disponibilização do arquivo CLAMOR. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1545.pdf>>. Acesso em: 03 mar 2018.
- ARBEX, Thais. CNBB diz que impeachment não pode atender a interesses partidários. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 14 abr. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1760920-cnbb-diz-que-impeachment-nao-pode-atender-a-interesses-partidarios.shtml>>. Acesso em: 29 jul. 2016.
- ARBEX JÚNIOR, José. *A ditadura militar no Brasil: a história em cima dos fatos*. 2ª ed. São Paulo: Caros Amigos, 2015.
- ARNS, Paulo Evaristo; SOBEL, Henry; WRIGHT, Jaime. *Brasil: nunca mais*. 41. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. 311 p.
- ARTHUR, Paige. How “transitions” reshaped human rights: a conceptual history of transitional justice. *Human Rights Quarterly*, Baltimore, MD, v. 31, n. 2, p. 321-367, maio 2009.
- BARCELLOS, Jorge. A crise da democracia no Brasil (Parte 1). *Estado de Direito*. 20 abr. 2017. Disponível em: <<http://estadodedireito.com.br/crise-da-democracia-no-brasil-parte-1/>>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- BARROS, Marcelo. *Polícia e tortura no Brasil: conhecendo a caixa das maçãs podres*. Curitiba: Appris, 2015. 279 p.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Mariguela*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. 448p.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1994. 550 p.
- BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: 1 mar 2018.

BRASIL. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Lei n. 9.140, de 14 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Lei n. 10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011b. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 1 mar 2018.

BRASIL. Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011a. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs. In: _____. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014a. v. 2, cap. 4, p. 156-200.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO, 2. *Grupo de trabalho justiça de transição: atividades de persecução penal desenvolvidas pelo Ministério Público Federal: 2011-2013*. Brasília: MPF/2ª CCR, 2014b. 262 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Habeas corpus: que se apresente o corpo*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 396 p.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental*. 153-6. 21 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&s1=153&processo=153>>. Acesso em: 19 fev 2018.

BRITO, Alexandra Brahona de. Justiça transicional e a política da memória: uma visão global. *Revista anistia política e justiça de transição*, Brasília, n. 1, p. 56-83, jan./jun. 2009.

BRITO, Ana Paula Ferreira de; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. As reivindicações por memória e verdade e a Comissão Nacional da Verdade: construindo a memória social sobre o período militar no Brasil. In: MEYER, Emilio Peluso Neder; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de (Org.). *Justiça de transição nos 25 anos da constituição de 1988*. Belo Horizonte: Initia Via, 2014. p. 35-62.

BULOS, Uadi Lamêgo. Da reforma à mutação constitucional. *Revista de informação legislativa*, Brasília, n. 129, p. 25-43, jan./mar. 1996.

CARVALHAL, Juliana Pinto. A influência da Igreja Católica na formação dos movimentos de defesa dos direitos humanos (1970-1985). In: COLÓQUIO DO LAHES, 2005, Juiz de Fora. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a38.pdf>>. Acesso em 03 maio 2016.

CASTRO, Juliana Passos de. *Concretização do direito à memória e à verdade no contexto da justiça transicional: uma comparação entre Brasil e Chile*. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CATELA, Ludmila da Silva. O mundo dos arquivos. In: REÁTEGUI, Félix. (Org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 379-404.

COMBLIN, José. A Igreja em vinte anos de luta pelos direitos humanos. In: DUSSEL, Enrique (Org.). *500 anos de história da Igreja na América Latina*. São Paulo: CEHILA e Paulinas, 1992. 710 p.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Relatório Nº 71/15, Caso 12.879. Mérito. *Vladimir Herzog e outros*. Brasil. 28 de outubro de 2015.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil*. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 19 fev 2018.

CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. *Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto*. 2007. 310 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7465/arquivo3388_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jul. 2016.

FELMAN, Shoshana. *The juridical unconscious: trials and traumas in the twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

FRAUDATARIO, Simona. Reconstruyendo la memoria de las víctimas de las dictaduras em América Latina: reflexiones y perspectivas en torno al tribunal Russel II. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Org.). *Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade*. João Pessoa: Editora UFPB, 2014. p. 303-322

GALINDO, Bruno. Constitucionalismo e justiça de transição: em busca de uma metodologia de análise a partir dos conceitos de autoritarismo e democracia. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 67, p. 75-104, jul./dez. 2015.

GREIFF, Pablo de. Justice and Reparations. In: _____. (Org.). *The Handbook of Reparations*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2006. p. 451-477.

IBOPE INTELIGÊNCIA. *Confiança da população nos brasileiros em geral é a menor desde 2009*, 18 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/confianca-da-populacao-nos-brasileiros-em-geral-e-a-menor-desde-2009>>. Acesso em 12 set. 2016.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1958-1963: João XXIII). *Carta encíclica Mater et Magistra*: aos veneráveis irmãos patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários do lugar, em paz e comunhão com a sé apostólica, bem como a todo o clero e fiéis do orbe católico sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1961. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html>. Acesso em 04 maio 2016.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1978-2005: João Paulo II). *Discurso do papa João Paulo II no encerramento do congresso internacional sobre a atuação dos ensinamentos conciliares*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2000. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2000/jan-mar/documents/hf_jp-ii_spe_20000227_vatican-council-ii.html>. Acesso em 03 maio 2016.

KOINONIA. *Protestantes, ditadura e democracia*. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/protestantes/>>. Acesso em 3 mar 2018.

MELITO, Leandro. Marcha da Família com Deus pela Liberdade pedia queda de Jango há 50 anos. *Portal EBC*. 18 fev 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-em-19-de-marco-de-1964-0>>. Acesso em: 28 fev 2018.

MEYER, Emílio Peluso Neder; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Justiça de transição nos 25 anos da constituição de 1988. In: _____. (Org.). *Justiça de transição nos 25 anos da constituição de 1988*. Belo Horizonte: Initia Via, 2014. p. 7-34

PERNAMBUCO. Lei nº 14.688, de 1º de junho de 2012. Cria a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=14688&complemento=0&ano=2012&tipo=TEXTOATUALIZADO>>. Acesso em: 21 set. 2016.

PERNAMBUCO. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Prêmio Nobel da paz: a atuação da ditadura militar brasileira contra a indicação de Dom Hélder Câmara. In: _____. *Cadernos da Memória e Verdade*. Recife: Cepe, 2015. v. 4. 221 p.

PETRÓPOLIS. Comissão Municipal da Verdade. *Nota do grupo de trabalho para desapropriação da casa da morte*. Petrópolis, 17 nov 2017. Disponível em: <<http://cmvpetropolis.org/nota-do-grupo-de-trabalho-para-a-desapropriacao-da-casa-da-morte/>>. Acesso em: 1 mar 2018.

PHILPOTT, Daniel. *Religion, reconciliation, and transitional justice: the state of the field*. Nova Iorque: Social Science Research Council Working Papers, 2007. Disponível em: <<http://kroc.nd.edu/sites/default/files/workingpaperphilpott.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de transição: contornos do conceito*. São Paulo: Dobra Editorial, 2013.

RODRIGUES, Cátia Regina. D. Paulo Evaristo Arns e a dimensão político-religiosa de suas iniciativas pastorais. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Curitiba, v. 2, n. 5, set. 2009.

RODRIGUES, Sérgio Henrique da Costa. Tensão e diálogo: relações diplomáticas entre a ditadura militar brasileira e o Estado do Vaticano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. *Anais*

eletrônicos... Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1545.pdf>>.

Acesso em: 03 maio 2016.

RUTGERS, Jan. As relações entre a Igreja e o poder militar no Brasil. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Org.). *Brasil, violação dos direitos humanos – tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora UFPB, 2014. 348 p.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Org.). *Justiça de Transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 47-60.

SIKKINK, Kathryn. The age of accountability: the global rise of individual criminal accountability. In: LESSA, Francesca; PAYNE, Leigh A. *Amnesty in the age of human rights accountability: compared and international perspectives*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012. p. 19-41.

SILVA, Fernanda Raquel Abreu. Anistia, reparação e políticas de memória: breve análise do processo transicional brasileiro. *Revista Contemporânea – Dossiê Redemocratizações e Transições Políticas no Mundo Contemporâneo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, 2015. Disponível em:

<http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/9_anistia_reparacao_e_politicas_de_memoria-breve_analise_do_processo_transicional_brasileiro.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

SOMAIN, René. Religiões no Brasil em 2010. *Confins Online*, n. 15, 02 jul. 2012. Disponível em:

<<http://confins.revues.org/7785>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

TEITEL, Ruti. Global Transitional Justice [Human Rights, Global Justice & Democracy Working Paper N° 8]. *George Mason University*, mar./maio 2010. Disponível em:

<https://www.gmu.edu/centers/globalstudies/publications/hjd/hjd_wp_8.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

TEITEL, Ruti. Transitional justice genealogy. *Harvard Human Rights Journal*, Cambridge, MA, v. 16, p. 69-94, 2003.

TELES, Janaína de Almeida. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil nunca mais e a abertura da vala de Perus. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 261-298, jul. 2012.

TORELLY, Marcello D. Justiça transicional e estado democrático de direito: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro. 2010. 355 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília.

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8599/1/2010_MarceloDalmasTorelly.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2016.

WESCHLER, Lawrence. *A miracle, a universe: settling accounts with torturers*. Chicago: University of Chicago Press, 1998. 311 p.

ZENAIDE, Maria de Nazaré T. A linha do tempo da educação em direitos humanos na América Latina. In: RODINO, Ana Maria et al. (Org.). *Cultura e educação em direitos humanos na América Latina*. João Pessoa: UFPB, 2014. p. 29-60..

ZYL, Paul Van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. In: REÁTEGUI, Félix. (Org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 47-72.